

**A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
UMA ANÁLISE A PARTIR DE DOCUMENTOS E DADOS
INSTITUCIONAIS DO IFG**

**THE QUALITY OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL
EDUCATION: AN ANALYSIS FROM IFG INSTITUTIONAL DATA
DOCUMENTS AND DATA**

RIBEIRO, Rosselini Diniz Barbosa

FONSECA, Maria Aparecida Rodrigues da

DINIZ, Juliane Aparecida Ribeiro

MACHADO, Elka Cândida de Oliveira

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a perspectiva de qualidade de educação profissional e tecnológica (EPT) presente nos documentos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), verificando em que medida esses mantêm o alinhamento às concepções de sua criação e relação com os dados do Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Trata-se de um estudo teórico-bibliográfico, de caráter descritivo e analítico, com abordagem qualitativa, que se utiliza da pesquisa documental como técnica de coleta de dados. Os resultados demonstram a evolução de dados institucionais, tendo em vista a perspectiva da democratização de um novo modelo de educação profissional e tecnológica, garantindo-se as condições de acesso, de permanência e de êxito dos seus estudantes, tendo em vista a formação omnilateral e para o mundo do trabalho, na inter-relação entre ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Qualidade. Instituto Federal de Goiás.

Abstract: This article aims to analyze the perspective of quality of professional and technological education (EPT) present in the documents of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Goiás (IFG), verifying to what extent these maintain alignment with the conceptions of its creation and relation with the data of the Annual Report of Analysis of the Management Indicators of the Federal Institutions of Professional, Scientific and Technological Education. This is a theoretical-bibliographic study, descriptive and analytical, with a qualitative approach, which uses documentary research as a data collection technique. The results demonstrate the evolution of institutional data, with a view to the democratization perspective of a new model of professional and technological education, guaranteeing the

conditions of access, permanence and success of its students, with a view to omnilateral and for the world of work, in the interrelationship between teaching, research and extension.

Keywords: Professional and Technological Education. Quality. Federal Institute of Goiás.

1 Introdução

As discussões conceituais em torno da melhoria da qualidade da educação alinharam-se ao discurso mercantil de eficiência, eficácia e produtividade, especialmente a partir da década de 1980, vis-à-vis os debates acerca da igualdade de oportunidades. A qualidade assumiu, então, a “[...] centralidade nas proposições em educação, tornando-se um dos pilares da política educacional da América Latina” (GUSMÃO, 2013, p. 302).

No Brasil, dentre as políticas educacionais para a democratização da educação de qualidade social, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para instituir a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, como estratégia do Plano de Expansão da Rede Federal, de 2005, adotando uma “[...] concepção de Educação Profissional e Tecnológica – EPT focada na formação omnilateral da pessoa, unindo ensino, pesquisa e extensão”, tendo “[...] como centralidade o indivíduo e seu coletivo e não o mercado de trabalho” (AGUIAR; PACHECO, 2017, p. 13-14). Tal estratégia representa a oferta de “[...] um itinerário formativo da educação básica até a educação superior nessas Instituições, numa mesma área de conhecimento científico e tecnológico, revela um modelo de qualidade educacional diferente dos até então experimentados no país e no mundo” (AGUIAR; PACHECO, 2017, p. 21).

Para além do sentido de que a política governamental é financiada por fonte orçamentária pública, a criação dos IFs se apoia em outros elementos também determinantes, como “[...] estar comprometida com o todo social, como algo que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica, cultural, etc.); e ainda estar articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional) de modo a provocar impactos nesse universo” (BRASIL, 2010, p. 7). Assim, o presente artigo¹ tem o objetivo de analisar a perspectiva de qualidade de educação presente nos

¹ O artigo é resultado de estudos desenvolvidos na pesquisa interinstitucional intitulada “Políticas de Expansão da Educação a Distância no Brasil: Regulação, Qualidade e Inovação em Questão”, no período de 2019-2022 e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, por meio do Edital Universal nº 28/2018.

documentos do IFG, verificando em que medida esses mantêm o alinhamento às concepções e perspectivas dos documentos de sua criação, ao se propor a democratizar educação de qualidade social, bem como demonstrar a evolução de dados institucionais, tendo em vista a perspectiva de desenvolvimento de processos educacionais emancipatórios, de inter-relação entre ensino, pesquisa e extensão, de oferta de um novo modelo de educação profissional e tecnológica, voltada para a formação omnilateral e para o mundo do trabalho e da democratização da educação, a partir de condições de acesso, de permanência e de êxito de seus estudantes.

Para tanto, além desta introdução e das considerações finais, o artigo se organiza estruturalmente em quatro seções, a saber: Qualidade - do setor produtivo ao setor educacional; A democratização da educação pública de qualidade: os Institutos Federais em questão; Percurso metodológico e coleta de dados; A qualidade da educação nos documentos e nos dados institucionais do IFG.

2 Qualidade: do setor produtivo ao setor educacional

A qualidade enquanto objeto de estudo não é uma pauta recente. Esse é um assunto que vem inquietando estudiosos ao longo da história, como os filósofos “René Descartes, George Berkeley, Emmanuel Kant, John Locke e o próprio Aristóteles, [que] definiram a qualidade cada um a seu modo, o que tornou variada a sua compreensão” (SANTANA, 2007, p. 26). Assim, discussões sobre a qualidade perpassam algumas vertentes e áreas, dentre elas, o flanco da qualidade e da educação. Nessa área, a concepção de qualidade produtivista, total (VASCONCELLOS; LUCAS, 2012) e mercadológica (CÁRIA; ANDRADE, 2015) se constitui em oposição à qualidade social (SILVA, 2009).

A respeito da trajetória da qualidade produtivista e total, Vasconcellos e Lucas (2012, p. 14) relatam que, a primeira se desenvolveu pela divisão do trabalho entre execução e elaboração preconizada por Taylor, sendo o foco desse processo a identificação dos defeitos, e não as suas causas. Já a segunda, implementou-se pelo Japão, após a Segunda Guerra Mundial, denominada de “Garantia da Qualidade”, originando “[...] o conceito de Qualidade Total” e “[...] criando sistemas de qualidade, que não responsabilizavam um departamento específico, e sim enfatizavam a cooperação de todos os funcionários da empresa”.

Nessa direção, “[...] na década de 1970, o Ocidente inicia o período conhecido como ‘Era da Gestão da Qualidade Total’ cuja principal característica era o foco no cliente e nos processos de gestão” (VASCONCELLOS; LUCAS, 2012, p. 14, grifo do autor). Conforme apontado por Fonseca (2020, p. 53), a vertente da qualidade total realça o aperfeiçoamento dos produtos e serviços, visando suprir as necessidades dos clientes e, implicitamente, a busca pela lucratividade, grifando tais “concepções nessa perspectiva de qualidade”.

Ao tratar da temática, Campos (2015, p. 5) aponta que, na área da qualidade total, quem “[...] define se o serviço prestado ou o bem adquirido possuem qualidade, são os clientes”. O autor tenciona o conceito em questão, na amplitude da educação e afirma que ao ser transferido para esse âmbito, “[...] o conceito de qualidade não vai ser definido pelo serviço que a instituição espera oferecer, mas sim pelas expectativas de seu cliente” (CAMPOS, 2015, p. 3). Para Fonseca (2020, p. 54), “fica claro que, nessa vertente, a educação se torna uma organização; a escola, uma empresa; e os pais e alunos, os clientes”, instituindo-se, então, a qualidade em perspectiva mercadológica.

De acordo com Cária e Andrade (2015), o mercado desenvolve um discurso da qualidade, no qual há um simulacro de viés social. Apesar de os discursos que embasam essa prática alegarem oferecer o melhor para a sociedade, “[...] de fato, a preocupação com o ser humano e a sociedade limita-se à sua contribuição para o desenvolvimento econômico e a acumulação de capital” (SANTANA, 2007, p. 49). Isso ocorre, porque a qualidade mercadológica embasa-se em um discurso instrumental técnico, “[...] em que, no interesse da ordem estabelecida no contexto neoliberal, uma educação sem qualidade gera prejuízo para a economia de mercado” (CÁRIA; ANDRADE, 2015, p. 26730).

A qualidade mercadológica, “portanto, é a que busca acomodar a educação ao mundo produtivista, global e tecnológico, buscando preparar mão de obra que atenda às condições do mercado, gerando lucro e incremento econômico” (FONSECA, 2020, p. 54). Conforme a pesquisadora, sob a égide do sistema de produção capitalista e na perspectiva mercadológica, os parâmetros de qualidade pautam-se na mensuração, em testes, na hierarquização e na estandardização que, em uma paisagem econômica, buscam a valorização do capital.

No entanto, esse não se constitui como um campo seguro e fecundo aos processos educacionais, visto que a concepção da qualidade erigida na amplitude dos negociantes e consumidores, transforma-se mediante o contexto social e econômico. Logo, sob esta

perspectiva, “a qualidade é negociada, dinâmica, transitória e contém as marcas históricas da opinião pública, o que estimula o ato comparativo” (SILVA, 2009, p. 219).

Na contramão dessa ideologia, os discursos sobre nova perspectiva de qualidade da educação desvinculada do campo mercadológico e voltada para o campo das políticas sociais ganham espaço, a partir dos anos de 1990. Essa outra perspectiva, contraposta à mercadológica, “[...] foi divulgada, principalmente por governos de oposição ao governo central, fundamentando-se em direitos sociais de cidadania” (FLACH, 2012, p. 8). Essa é uma discussão que aponta para novos horizontes quanto à defesa da escola pública e para processos educacionais que visem à igualdade e à justiça social.

Nessa direção, Silva (2009, p. 225) indica que a “[...] qualidade social da educação escolar não se ajusta, portanto, aos limites, tabelas, estatísticas e fórmulas numéricas que possam medir um resultado de processos tão complexos e subjetivos”. Acrescenta também a autora que a educação:

De qualidade social é aquela que atenta para um conjunto de elementos e dimensões socioeconômicas e culturais que circundam o modo de viver e as expectativas das famílias e de estudantes em relação à educação que buscam compreender as políticas governamentais, os projetos sociais e ambientais em seu sentido político, voltados para o bem comum; que luta por financiamento adequado, pelo reconhecimento social e valorização dos trabalhadores em educação; que transforma todos os espaços físicos em lugar de aprendizagens significativas e de vivências efetivamente democráticas. (SILVA, 2009, p. 225).

Segundo Dourado e Oliveira (2009), a discussão acerca da qualidade da educação deve identificar a concepção de educação adotada, tendo em vista a polissemia de ambas as acepções e a vinculação do conceito de uma à outra. A partir destes autores, este artigo entende a educação como constitutiva e constituinte das relações mais amplas da sociedade, portanto, direito de todos e dever do Estado, que pode “[...] contribuir tanto para sua manutenção, como para sua transformação” (CONAE, 2014, p. 64).

Neste sentido, a qualidade da educação se vincula diretamente “[...] ao projeto de sociedade, relacionando-se com o modo pelo qual se processam as relações sociais, produto dos confrontos e acordos dos grupos e classes que dão concretude ao tecido social em cada realidade” (CONAE, 2014, p. 64), mas também às finalidades e às concepções precípuas próprias do nível, da etapa ou da modalidade em questão.

Entendendo que a qualidade da educação é um processo complexo e abrangente, sua reflexão deve considerar as dimensões intra e extraescolares de maneira articulada na promoção de políticas educacionais, pois tais “[...] dimensões afetam sobremaneira os processos educativos e os resultados escolares” (CONAE, 2014, p. 65). A dimensão extraescolar se relaciona aos aspectos macroestruturais e diz respeito ao “espaço social e às obrigações do Estado”, dentre eles, a concentração de renda, a desigualdade social, o direito à educação (CONAE, 2010, p. 49). A dimensão intraescolar tem relação com os aspectos microestruturais, os quais

[...] incidem diretamente sobre os processos de organização e gestão, nas práticas curriculares, nos processos formativos, no papel e nas expectativas sociais dos alunos, no planejamento pedagógico, nos processos de participação, na dinâmica da avaliação e, portanto, no sucesso escolar dos estudantes. (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007, p. 16).

O Documento Final da CONAE (2010) destaca que, dentre os fatores intraescolares para a oferta de educação de qualidade, “a estrutura e as características da instituição são aspectos que traduzem positiva ou negativamente a qualidade da aprendizagem”, destacando-se a gestão pedagógica, os projetos desenvolvidos, os espaços de decisão coletiva, a formação e as condições de trabalho dos profissionais da educação (CONAE, 2010, p. 48-49).

3 A democratização da educação pública de qualidade: os Institutos Federais em questão

Ao tratar da democratização do ensino no contexto da qualidade, Merle (2002) aponta dois significados distintos do termo: como difusão de ensino e como igualdade de oportunidades de acesso à educação. Com relação ao primeiro, o autor sublinha que os índices indicam um maior acesso às instituições, o que não significa, contudo, necessariamente um progresso no sentido da equidade. Quanto ao segundo, explica que a democratização está imbricada ao acesso, mas, também, às condições para minimizar as distâncias sociais. Entende-se nesse sentido que a democratização da educação no contexto da qualidade constitui-se na igualdade das oportunidades, requerendo, além do acesso, a permanência e o êxito.

Essa perspectiva de educação de qualidade foi defendida na tese de Andrade (2014, p. 6), ao considerar a “importância substantiva” dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no atual cenário da educação brasileira, no que diz respeito à oferta de educação

profissional e tecnológica, de maneira a “[...] influenciar positivamente o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde atuam”.

Historicamente, vinculados à educação profissional e a identidade dos IFs, instituíram-se tensionamentos, desde “o processo de estruturação da instituição foi acompanhado por discussões quanto a diferentes concepções acerca da reformulação curricular da educação tecnológica” (RIBEIRO *et al.*, 2021, p. 138). Isso porque ainda há resquícios de vinculação entre os Institutos Federais de Educação e as primeiras 19 Escolas de Aprendizes e Artífices concebidas entre 1909 e 1937, com o objetivo de “[...] prover as classes proletárias de meios que garantissem a sua sobrevivência, isto é, prover os ‘desfavorecidos da fortuna’”, bem como para controlar esse determinado segmento social, “[...] pessoas potencialmente mais sensíveis à aquisição de vícios e hábitos ‘nocivos’ à sociedade e à construção da nação” (BRASIL, 2010, p. 10, grifos do autor).

Os embates, de forma geral, se circunscrevem em amplitudes antagônicas, sendo elas, a defesa pela formação humana e do capital humano. Para Ramos (2014, p. 36), busca-se a “construção sistematizada do conhecimento articulado com o mundo do trabalho em suas múltiplas dimensões” em contraposição ao posicionamento prevalecente de “viés tecnicista e economicista na ótica do capital humano”. As tensões a respeito da educação profissional se estabeleceram na relação, divisão de classes e educação. Assim, aos pobres destinava-se uma educação profissionalizante, voltada para o ensino do trabalho físico e, aos filhos da elite, disponibilizava-se a educação superior, preparando-os para o trabalho intelectual. (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2020).

Visando a melhoria da educação, as Escolas de Aprendizes e Artífices foram transformadas em CEFETs, em 1978. Trinta anos após, no governo Lula, buscando a democratização com qualidade social, os CEFETs tornaram-se os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em 2008 (BRASIL, 2010; RIBEIRO *et al.*, 2020). A criação dos Institutos Federais consolidou a implementação de um projeto educacional articulado a um projeto societário de ampliação dos direitos constitucionais, iniciado a partir de 2003, o qual tem como premissa a materialização de “[...] políticas públicas orientadas para promover uma melhor distribuição de renda e o acesso dos mais pobres a uma ampla esfera de direitos” (GENTILI; OLIVEIRA, 2013, p. 254). Dessa forma, é possível afirmar que nos governos de Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016),

[...] a educação como política social sofreu importantes mudanças que marcaram definitivamente a sociedade brasileira. Essas mudanças têm sido originadas em processos complexos, às vezes ambivalentes ou mesmo contraditórios. Seja como for, nesses pouco mais de dez anos, importantes iniciativas foram tomadas para ampliar e assegurar o direito à educação, especialmente no que se refere à universalização da educação básica e sua melhoria e à democratização do acesso à educação superior. (GENTILI; OLIVEIRA, 2013, p. 254).

Um projeto educacional não apenas voltado para a democratização, mas também para a oferta com qualidade social. Assim como Santos e Santos (2015, p. 3, grifo das autoras), compreende-se, neste artigo, que a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia constitui-se “[...] um importante avanço da ampliação da oferta de vagas em um modelo de escola pública reconhecido por boa parte da sociedade como uma ‘escola de qualidade’”. Conforme o documento de concepção dos Institutos Federais, intitulado “Um novo modelo em educação profissional e tecnológica – concepção e diretrizes” (BRASIL, 2010), os Institutos Federais respondem à institucionalização da educação profissional técnica e tecnológica como política pública com base em uma perspectiva transformadora:

O Instituto Federal aponta para um novo tipo de instituição identificada e comprometida com o projeto de sociedade em curso no país. Representa, portanto, um salto qualitativo em uma caminhada singular, prestes a completar cem anos. Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social. (BRASIL, 2010, p. 19).

No sentido atribuído à citação anterior, a proposta de criação dos IFs aponta para a materialização de políticas de ampliação dos direitos sociais em curso, para a implantação de um projeto educacional engajado à transformação social dos seus estudantes, a partir da elevação de suas vivências, experiências e do nível de conhecimento. Assim, a democratização da educação se vincula à ampliação da oferta com condições de permanência para o êxito dos estudantes, não bastando apenas garantir o acesso. Conforme Documento Final da Conferência Nacional de Educação,

O acesso é, certamente, a porta inicial para a democratização, mas torna-se necessário, também, garantir que todos/as os/as que ingressam na escola tenham condições de permanecer nela, com sucesso. Assim, a democratização da educação faz-se com acesso e permanência de todos/as no processo

educativo, dentro do qual o sucesso escolar é reflexo da qualidade. (CONAE, 2010, p. 62).

Dessa forma, ao tratar da democratização da educação de qualidade no âmbito dos IFs, consideram-se questões como a democratização do conhecimento, com novo modelo de educação profissional, que garanta uma formação ampla, com a “[...] difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais”, fornecendo “[...] condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico”, promovendo equidade e justiça social (BRASIL, 2010, p. 3).

Nesse particular, parte-se da compreensão de que “[...] o ser do homem é, portanto, o ser do trabalho, é histórico” (SAVIANI, 2008, p. 152). Logo, o trabalho é entendido como um processo educativo e potencializador da construção de conhecimentos e de sua emancipação. Ecoando essa concepção, a educação profissional e tecnológica prima por um processo educacional de qualidade social, firmado em diretrizes embasadas na conexão e na articulação, ciência/tecnologia/cultura e conhecimentos peculiares, as quais são traduzidas no desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão.

O fazer pedagógico desses institutos, ao trabalhar na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade, revela sua decisão de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada. (BRASIL, 2010, p. 31).

Por meio do ensino atinge-se a disposição para a pesquisa e para a construção de elementos capacitadores de atuação no mundo. Enquanto que, na extensão, possibilita-se a intersecção ensino e pesquisa e a implementação da perspectiva de colaboração com o desenvolvimento social, cultural e econômico. Logo, “a educação de qualidade social, firma-se no ensino, na pesquisa e na extensão” (FONSECA, 2020, p. 236), princípios educacionais indissociáveis que possibilitam a intervenção e a transformação da realidade, ratificados na Constituição Federal de 1988, na LDB nº 9.394/1996 e no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), sob a Lei nº 13.005/2014.

De tal modo, conforme realçado neste artigo, a educação profissional também se instituiu ao longo dos tempos como mecanismo de valorização do capital e de manutenção de classes, mas que, partindo de uma concepção de educação libertadora, efetivada como política pública social e de criação de oportunidades, pode contribuir com a diminuição das

desigualdades sociais. Logo, com base no aporte teórico apresentado, constata-se que, na amplitude dos embates a respeito das concepções de educação profissional, evidencia-se, implicitamente, um campo de disputas em torno das concepções de qualidade para essa modalidade.

4 Percorso metodológico e coleta de dados

Este artigo é um estudo teórico-bibliográfico de caráter descritivo e analítico, com abordagem qualitativa, e que se utiliza da pesquisa documental como técnica para a coleta de dados. Tendo em vista o objetivo de analisar a perspectiva de qualidade na educação profissional técnica e tecnológica do IFG, a partir dos documentos institucionais, foram consultados inicialmente os documentos: Lei nº 11.892/2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e o documento “Um novo modelo de educação profissional e tecnológica: concepções e diretrizes”, de 2010, que embasa o funcionamento dos IFs.

A Lei nº 11.892/2008 apresenta as finalidades, as características, os objetivos e a estrutura organizacional para os IFs criados. Embora o documento não faça referência direta à qualidade da educação, traz implícitos elementos das dimensões intra e extraescolares, quais sejam: a autonomia da organização; a oferta de formação inicial e continuada para os trabalhadores, visando à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional e a excelência educacional.

O documento “Um novo modelo de educação profissional e tecnológica: concepções e diretrizes” (2010) ratifica a perspectiva de qualidade social da educação, ressaltando o papel dos IFs no compromisso com a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas e com o ideário da educação como direito, afirmando-se como projeto educacional para a inclusão social emancipatória.

Partindo-se da perspectiva apresentada nos referidos documentos e nas bases teóricas consultadas, foi possível agrupar a perspectiva de qualidade da educação, a partir das seguintes categorias analíticas: I - processo educacional emancipatório; II - inter-relação entre ensino, pesquisa e extensão; III - novo modelo de EPT; IV - democratização (entendida a partir da perspectiva do acesso, da permanência e do êxito dos estudantes). O percurso metodológico empreendido na composição do *corpus* da pesquisa contou com as seguintes etapas:

A fase de pré-análise² compreendeu a leitura “flutuante” dos documentos e sua seleção para a constituição do *corpus* de análise, a partir da relevância dos documentos quanto às suas finalidades de organização e orientação pedagógico-administrativa da Instituição. Como objetos de análise, foram eleitos os seguintes documentos, compilados do *site*³ institucional do IFG: o Estatuto, o Regimento Geral (Resolução Consup/IFG nº 40/2018), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/IFG – 2019-2023) e o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI/IFG).

A fase de exploração e de análise do material selecionado empreendeu o estudo dos referidos documentos institucionais do IFG, buscando demonstrar a perspectiva de qualidade da educação apresentada implícita ou explicitamente, a partir das quatro categorias mencionadas.

5 A qualidade da educação nos documentos e dados institucionais do IFG

De acordo com a natureza de cada documento institucional, os selecionados para este estudo regulamentam, estruturam e orientam as atividades educacionais do IFG, portanto, são instrumentos fundamentais para que a instituição seja legalmente constituída. Mas, o que dizem os documentos institucionais sobre a perspectiva de qualidade da educação a ser ofertada pela instituição?

Embora alguns documentos não apresentem o termo qualidade, todos eles evidenciam uma concepção de qualidade da educação, vinculada à autonomia político-pedagógica e aos processos pedagógicos inclusivos e de excelência em sua relação com os conhecimentos advindos do mundo do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura.

O Estatuto constitui-se como “[...] documento norteador da Instituição, em que constam seus princípios, suas finalidades, características, objetivos, a organização administrativa, além das questões acadêmicas institucionais de uma forma geral” (IFG, 2018a). O Estatuto não menciona o termo qualidade da educação em sua extensão, mas conforme o Quadro 1, o Estatuto/IFG evidencia, implicitamente, a perspectiva de qualidade da educação referenciada no social, considerando, sobretudo, a dimensão intraescolar para sua efetivação, a

² Fases da técnica de análise de conteúdo, com base em Bardin (2016). A obra original é de 1977.

³ Os documentos institucionais do IF estão disponíveis em: <https://www.ifg.edu.br/documentos>

partir da oferta de processos formativos, de organização e gestão democráticos e inclusivos que visam ao sucesso escolar de seus estudantes:

Quadro 1 - Perspectiva de qualidade da educação no Estatuto do IFG

Categorias de análise	Objetivos institucionais	Elementos da perspectiva da qualidade
Processo Educacional Emancipatório	“V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação da/o cidadã/ão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional” (IFG, 2018a, p. 5).	“X. [...] oferta do ensino em diferentes áreas, integrando conhecimentos gerais e específicos para uma formação profissional, técnica e tecnológica; nesse âmbito, deve desenvolver também a capacidade investigativa, reflexiva e crítica, devidamente articulada às questões artístico-culturais que permeiam as várias áreas de conhecimento” (IFG, 2018a, p. 4).
Inter-relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão	“IX. manter constante diálogo com os arranjos produtivos sociais e culturais locais, como forma de institucionalização de projetos de ensino, de pesquisa e de extensão” (IFG, 2018a, p. 5).	“VII. defesa da autonomia político-pedagógica, fundamentada no tripé ensino, pesquisa e extensão, entendidos enquanto princípios indissociáveis [...]” (IFG, 2018a, p. 3).
Novo Modelo de Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	“I. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades de ensino, formando e qualificando cidadãos/ãos para atuar de maneira autônoma nos diversos setores sociais e nas suas relações com as demandas de conhecimentos oriundos do mundo do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura” (IFG, 2018a, p. 4).	O objetivo destes projetos deve ser o de formar pessoas que promovam o desenvolvimento da ciência e da tecnologia em benefício da emancipação social no âmbito de suas respectivas comunidades” (IFG, 2018a, p. 5).
Democratização (Acesso, Permanência e Êxito)	“VIII. efetivar um espaço educacional democrático que assegure a participação de todas as pessoas, garantindo a representatividade e a permanência das minorias identitárias, sócio raciais, culturais, étnicas, de gênero e sexualidades” (IFG, 2018a, p. 5).	“IV. compromisso com a educação inclusiva e emancipatória, com a oferta de formação profissional, considerando cidadãos/ãos com necessidades educacionais específicas” (IFG, 2018a, p. 3).

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base no Estatuto/IFG (IFG, 2018a).

O Regimento Geral é o documento que normatiza e orienta o funcionamento pedagógico e administrativo da instituição, “[...] no qual consta o detalhamento da estrutura organizacional da Instituição, bem como as competências das unidades administrativas, as atribuições dos dirigentes e a relação funcional existente no âmbito do instituto federal” (IFG,

2019b). Apesar de o Regimento mencionar quinze vezes o termo qualidade, em apenas duas fazem referência ao ensino. De modo geral, o Regimento/IFG apresenta as instâncias colegiadas responsáveis pela efetivação de políticas, ações, programas e projetos que visem à oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Em que pese a especificidade do referido documento, no Quadro 2 é possível depreender os seguintes elementos quanto à perspectiva de qualidade da educação da instituição:

Quadro 2 - Perspectiva de qualidade da educação no Regimento do IFG

Categorias de análise	Objetivos institucionais	Elementos da perspectiva da qualidade
Processo Educacional Emancipatório	“V. Estimular o desenvolvimento de programas destinados aos estudantes que apresentem necessidades específicas, bem como jovens e adultos trabalhadores que tiveram seu processo educativo interrompido, visando a melhoria nas condições para o amplo desenvolvimento acadêmico” (IFG, 2018b, p. 39).	“ VI. [...] ações para a inclusão de grupos historicamente afastados do processo educacional” (IFG, 2018b, p. 39).
Inter-relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão	“II. Promover ações que garantam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, no âmbito de todos os Câmpus do IFG” (IFG, 2018b, p. 32).	“[...] políticas educacionais públicas e as ações científicas, culturais, profissionais e tecnológicas fundamentadas na indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão, a partir dos princípios da gestão democrática e da transparência da instituição” (IFG, 2018b, p. 10).
Novo Modelo de Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	“Subsidiar as instâncias competentes na viabilização da articulação contínua da atuação do IFG com as expectativas sociais, o mundo do trabalho, as políticas governamentais e de Estado que assegurem o desenvolvimento social, científico e tecnológico” (IFG, 2018b, p. 51).	“[...] estudos, prospecções, coleta e geração de dados sobre arranjos sociais, culturais e produtivos locais e regionais que permitam a melhor definição da atuação dos Câmpus do IFG” (IFG, 2018b, p. 51).
Democratização (Acesso, Permanência e Êxito)	“II. Propor e promover políticas e programas de democratização do acesso, e permanência dos estudantes para a continuidade e conclusão dos cursos ofertados pelos Câmpus do IFG” (IFG, 2018b, p. 20).	“II. [...] implantação de ações que promovam o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, em seu itinerário formativo na Instituição” (IFG, 2018b, p. 39).

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base no Regimento/IFG (IFG, 2018b).

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/IFG – 2019-2023) “[...] é o documento que orienta o planejamento da Instituição no período de sua abrangência, identificando as ações e atividades a serem desenvolvidas tanto no plano acadêmico quanto

administrativo” (IFG, 2018c). Dada a natureza do documento, a qualidade da educação é mencionada trinta e três vezes, a partir da interpenetração de elementos intra e extraescolares que convergem para a melhoria da qualidade social da educação, como: a modificação do perfil socioeconômico dos seus estudantes; a formação integral e integrada no Ensino Médio Técnico; a orientação dos estudantes com necessidades de saúde ou alimentares especiais para uso de restaurantes estudantis; a capacitação do quadro docente; as condições físicas/tecnológicas e etc. O Quadro 3 a seguir apresenta importantes elementos para esta reflexão:

Quadro 3 - Perspectiva de qualidade da educação no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFG

Categorias de análise	Objetivos institucionais	Elementos da perspectiva da qualidade
Processo Educacional Emancipatório	“Proporcionar uma formação integral, com a articulação do conhecimento à prática social, às relações de trabalho e aos processos científicos e tecnológicos. [...] com capacidade de intervenção qualificada no trabalho e na vida pública” (IFG, 2018c, p. 108).	“Ser humano historicamente constituído e permanentemente vinculado às necessidades sociais e culturais, fundamentalmente àquelas oriundas de setores que há muito foram excluídos da apropriação das riquezas e dos benefícios proporcionados pelo avanço da ciência e da tecnologia e da participação efetiva nas decisões políticas” (IFG, 2018c, p. 104).
Inter-relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão	“[...] constituir-se e [...] enraizar-se enquanto instituição pública, universal, gratuita, inclusiva, democrática, laica e qualitativamente referenciada, estruturada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e na formação integrada” (IFG, 2018c, p. 13).	“[...] centro educacional científico, tecnológico e cultural de produção e difusão de conhecimentos interligados às necessidades da classe trabalhadora no atendimento da diversidade sociocultural que a compõem” (IFG, 2018c, p. 13).
Novo Modelo de Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	“[...]mediar e fortalecer a oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades de ensino.[...] se consolidar como um centro educacional científico, tecnológico e cultural de produção e difusão de conhecimentos interligados às necessidades da classe trabalhadora no atendimento da diversidade sociocultural que a compõe” (IFG, 2018c, p. 13).	“[...] defesa da democratização da sociedade, da dignidade humana, dos direitos humanos, da diversidade, da inclusão, do desenvolvimento sustentável e da justiça social, a fim de contribuir na construção de uma sociedade justa e menos desigual” (IFG, 2018c, p. 13).
Democratização (Acesso, Permanência e Êxito)	“Ampliar a atuação institucional, no atendimento à educação básica de qualidade, pública e gratuita” (IFG, 2018c, p. 108).	“[...] criação de políticas institucionais amparadas por políticas públicas que estabeleçam condições adequadas de infraestrutura, assistência estudantil, qualificação docente, entre outras, além das ações previstas no Plano

		Institucional de Permanência e Êxito para garantir a permanência da/o educanda/o evitando a evasão” (IFG, 2018c, p. 108).
--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base no PDI/IFG (IFG, 2018c).

O Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI/IFG) “visa estabelecer princípios e diretrizes destinadas a orientar o trabalho pedagógico institucional relativo às ações em âmbito educacional no seu sentido mais stricto” (IFG, 2018d, p. 2). O estabelecimento de proposições e seus desdobramentos definem a identidade institucional e as formas de interlocução do Instituto com a sociedade e vice-versa (IFG, 2018b). No documento, a qualidade da educação é mencionada dezessete vezes, reiterando o compromisso com a oferta de formação humana e integral, visando à reconstrução de propostas educacionais emancipatórias e à defesa dos fundamentos da educação pública, gratuita e de qualidade (IFG, 2018d), como se nota no Quadro 4:

Quadro 4 - Perspectiva de qualidade da educação no Projeto Político-Pedagógico Institucional do IFG

Categorias de análise	Objetivos institucionais	Elementos da perspectiva da qualidade
Processo Educacional Emancipatório	“[...] oferecer à/ao cidadã/ão um saber omnilateral, formando-a/o, acima de tudo, como parte efetiva da construção da sociedade, entendendo-a/o, portanto, como sujeito da história e compreendendo a relação entre saber político, saber técnico e saber sócio-artístico-cultural” (IFG, 2018d, p. 3).	“[...] concepção de educação compreendida como formação humana emancipatória e como prática social capaz de estabelecer uma relação concreta, histórica e dialética com as demandas e necessidades relacionadas a uma visão crítica de mundo e explicitadora dos referenciais epistemológicos, filosóficos, políticos e pedagógicos das abordagens conceituais que orientam as práticas sociais” (IFG, 2018d, p. 14).
Inter-relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão	“[...] buscar consonância de concepções na elaboração, na implementação, no acompanhamento/avaliação de seus projetos pedagógicos, bem como no desenvolvimento cotidiano das atividades de ensino, pesquisa e extensão” (IFG, 2018d, p. 14).	“A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve orientar a construção das ações e definir os objetivos da instituição” (IFG, 2018d, p. 3).
Novo Modelo de Educação Profissional e	“[...] proporcionar uma formação integral, com a articulação do conhecimento à prática social, às relações de trabalho e aos processos científicos e tecnológicos” (IFG, 2018d,	“[...] faz-se necessário romper com a fragmentação do saber, buscando entrelaçar teoria e prática, pensar e fazer, ciências exatas, da natureza e ciências humanas, posto que o Currículo Integrado

Tecnológica (EPT)	p. 6).	Omnilateral seja assumido institucionalmente como a forma correta e necessária de se estabelecer em todos os níveis e modalidade no IFG” (IFG, 2018d, p. 5).
Democratização (Acesso, Permanência e Êxito)	“[...] promover a democratização e a socialização do conhecimento produzido e/ou acumulado pelo Instituto; ao estabelecer uma relação dialógica com a sociedade, promovendo a troca de saberes que resultará em desenvolvimento da região” (IFG, 2018d, p. 38).	“[...] criação de políticas institucionais amparadas por políticas públicas que estabeleçam condições adequadas de infraestrutura, assistência estudantil, qualificação docente, entre outras, além das ações previstas no Plano Institucional de Permanência e Êxito para garantir a permanência da/o educanda/o evitando a evasão” (IFG, 2018d, p. 6-7).

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base no Projeto Político-Pedagógico Institucional/IFG (IFG, 2018d).

No tocante aos elementos que visam à oferta de educação de qualidade social presente nos documentos do IFG, os dados da instituição podem ser sistematizados, conforme o Quadro 5:

Quadro 5 – Indicadores de Gestão do IFG – série histórica 2014 a 2018

ANO	INDICADORES DE GESTÃO					
	Relação ingressante por matrícula	Relação concluintes por matrícula	Eficiência acadêmica dos concluintes	Retenção do Fluxo Escolar	Relação de matrícula por professor	Índice de Titulação por Docente
2014	28,33%	11,34%	40,53%	33,71%	14,20%	3,88%
2015	32,42%	10,09%	40,95%	37,96%	14,62%	3,96%
2016	29,86%	10,16%	37,92%	38,35%	15,32%	4,08%
2017	28,39%	14,19%	37,91%	12,59%	17,24%	4,09%
2018	36,55%	19,25%	49,77%	9,63%	17,59%	4,15%
Evolução	8,22%	7,91%	9,24%	24,08%	3,39%	0,27%

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base no Relatório Anual dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2019), a partir de dados da Plataforma Nilo Peçanha (2018).

Os dados demonstram que a proposta de democratização de educação de qualidade social apresentada nos documentos do IFG se reflete nos dados educacionais institucionais em função da evolução de seus índices na série histórica de 2014 a 2018. No tocante à relação de ingressantes por matrícula (RIM), houve um aumento de 28,33% em 2014 para 36,55% em 2018, correspondendo a um avanço de 8,22% nesse indicador. Sabendo-se que a relação esperada para esse índice é de 20% para cursos com duração de 5 anos, o IFG alcançou nível satisfatório. No tocante ao indicador relação concluintes por matrícula, o aumento foi de 7,91%, sinalizando uma evolução no número de concluintes. Os dados sobre a eficiência acadêmica

dos concluintes também apontam para um aumento no número de matrículas finalizadas, de 40,53% em 2014 para 49,77% em 2018. Todavia há que se considerar que neste índice estão os concluídos, evadidos e retidos (BRASIL, 2019). Neste sentido, há que se monitorar tais dados, visando não apenas ao acesso, mas também à permanência e ao êxito dos estudantes. Quanto à retenção do fluxo escolar, o decréscimo de 33,71% para 9,63% representa uma melhora considerável no número de estudantes retidos. A relação de matrícula por professor prevista nas estratégias 11.11 e 12.3 do PNE 2014-2024 prevê o número de 20 matrículas por professor para cursos técnicos e 18 matrículas por professor para cursos superiores (BRASIL, 2019). Assim, a evolução dos dados desse índice demonstra um esforço para a superação da meta prevista. Quanto ao índice de titulação por docente, nota-se uma “[...] progressiva especialização acadêmica dos professores da Rede Federal”, uma busca pela atualização constante, tendo em vista sua relação direta com a atuação no ensino, na pesquisa e na extensão, conforme Lei nº 11.892/2008 e Lei nº 12.772/2012, com a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), que valorizou a titulação docente por meio da Retribuição por Titulação (RT) (BRASIL, 2019, p. 30). Dentre outros indicadores, o “Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica” (2019) também apresenta os dados quanto ao atendimento dos estudantes do IFG por renda *per capita* familiar. Conforme o Relatório, 9,5% dos estudantes possuem renda *per capita* familiar entre 0,0-0,5 salário mínimo; 17,80% entre 0,5-1,0; 23,54% entre 1,0-1,5; 25,77% entre 1,5-2,5; 8,51% entre 2,5-3,0; 14,93% maior que 3,0. Esses dados demonstram que o novo modelo de educação dos IFs, implementado como política pública de inclusão social, tem se efetivado na oferta de ensino de qualidade para os estratos de média e menor renda socioeconômica brasileira.

6 Considerações finais

Este artigo teve por objetivo identificar a perspectiva de qualidade presente nos documentos institucionais do IFG, bem como a evolução de seus dados educacionais, considerando seu alinhamento à Lei nº 11.892/2008 e ao documento “Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepções e diretrizes” (2010). Observou-se, nos documentos analisados, que a perspectiva de qualidade da educação se relaciona à uma

concepção de educação específica e que, portanto, deve ser compreendida como um processo complexo e abrangente, de modo a considerar as dimensões externas e internas à educação.

Esboçou-se, também, os tensionamentos instituídos sobre a educação profissional e tecnológica no que tange ao conceito de qualidade da educação, o que a torna objeto de disputa. Todavia, a criação dos IFs se materializa como a implementação de um projeto societário progressista, que entende o trabalho como processo educativo e potencializador da construção de conhecimentos, assim como a educação se torna estratégia de ação política e de transformação social, logo, de qualidade socialmente referenciada. De tal modo, tanto a Lei nº 11.892/2008 quanto o documento normativo de implementação de um novo modelo de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2010) apresentam como elementos indicadores da educação de qualidade social, a busca por processos educacionais emancipatórios; a inter-relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão; o novo modelo de EPT e a democratização na perspectiva do acesso, da permanência e do êxito dos estudantes e, sendo estes indicados na análise dos documentos institucionais do IFG.

A partir da análise empreendida e no âmbito das categorias estabelecidas, verifica-se que, na amplitude do processo educacional emancipatório, mediante a proposta de formação integral, a instituição busca articular ações que garantam a inclusão da classe trabalhadora, de grupos historicamente excluídos e afastados do processo educacional, propiciando a formação integral e omnilateral dos sujeitos históricos com base em um saber político, técnico e sócio-artístico-cultural.

Essas questões se interligam à categoria de novo modelo de ETP que visa à formação integral e profissional, com vistas à construção da cidadania e à transformação social. Para além das bases profissionais, esse novo modelo rompe com os processos estritamente produtivistas, articulando o conhecimento à prática social, às relações de trabalho, aos processos científicos e tecnológicos e aos saberes que promoverão o desenvolvimento socioeconômico local.

Quanto à inter-relação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, observa-se como imperativo de modo a “[...] orientar a construção das ações e definir os objetivos da instituição” (IFG, 2018d, p. 3). De tal modo, nota-se que por meio desta indissociabilidade, a instituição volta-se às necessidades dos menos favorecidos, fundando sua identidade em uma educação pública, universal, gratuita, inclusiva, democrática e laica, como expressão e legitimação da vontade de uma sociedade plural (BRASIL, 2018b).

Já na amplitude da democratização, do acesso, da permanência e do êxito, o Instituto estabelece a necessidade de criação de políticas institucionais amparadas por políticas públicas que proporcionem condições adequadas de infraestrutura, de assistência estudantil, de qualificação docente, dentre outras, de modo a garantir a efetividade do processo educacional com qualidade. Estas observações revelam que, ao propiciar a ampliação da oferta com vistas à democratização do acesso, a instituição propõe também a implementação de ações para a permanência e o êxito dos estudantes.

Partindo-se do referencial teórico apresentado, entende-se que os documentos do IFG apresentam uma concepção de educação voltada para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva, equilibrada e justa (BRASIL, 2010).

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, L. E. V.; PACHECO, E. M. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como política pública. In: ANJOS, M. B.; RÔÇAS, G. **As políticas públicas e o papel social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Natal: Editora IFRN, 2017. p. 13-35.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.
- BRASIL. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**. Brasília, DF: MEC, 2010.
- BRASIL. **Lei nº 12.772**, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.
- BRASIL. **Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, DF: 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2019-pdf/117321-caderno-de-indicadores-2019-tcu/file>. Acesso em: 28 mai. 2021.
- CAMPOS, G. S. **Gestão da qualidade total na educação: possibilidades e desafios**. **Anais do XI Congresso Nacional de Excelência em Gestão**, Rio de Janeiro: FIRJAN, 2015. Disponível em: http://www.inovarse.org/sites/default/files/T_15_029M_15.pdf. Acesso em: 29 nov. 2020.
- CÁRIA, N. P.; ANDRADE, N. L. A Gestão da qualidade da educação básica sob a lógica do mercado: uma análise discursiva. **Anais do XII Congresso Nacional de Educação**, Paraná:

PUC-PR, 2015. Disponível em:
https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21869_11245.pdf/. Acesso em: 29 nov. 2018.

CONAE. Conferência Nacional de Educação. **Documento final**. Brasília, DF: MEC, Secretaria Executiva Adjunta, 2010. Disponível em:
http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

CONAE. Conferência Nacional de Educação. **Documento referência**. Brasília, DF: MEC, Secretaria Executiva Adjunta, 2014. Disponível em:
https://anped.org.br/sites/default/files/resources/Documento_Final_Conae_2014.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cad. CEDES**, Campinas, SP, v. 29, n. 78, p. 201-215, ago. 2009. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622009000200004. Acesso em: 11 fev. 2019.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. A. **A qualidade da educação**: conceitos e definições. Brasília, DF: INEP, 2007. Disponível em:
<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/A+qualidade+da+educa%C3%A7%C3%A3o+conceitos+e+defini%C3%A7%C3%B5es/>. Acesso em: 20 abr. 2018.

FLACH, S. F. Contribuições para o debate sobre a qualidade social da educação na realidade brasileira. **Contexto & Educação**, Ijuí, RS, ano 27, n° 87, jan./jun., 2012. Disponível em:
[file:///C:/Users/Cliente/Downloads/191-Texto%20do%20artigo-2184-1-10-20130228%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Cliente/Downloads/191-Texto%20do%20artigo-2184-1-10-20130228%20(3).pdf). Acesso em: 22 mar. 2019.

FONSECA, M. A. R. **Qualidade da educação superior e a distância no Brasil**: entre o revelado e o velado. 304 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

GENTILI, P.; OLIVEIRA, D. A. A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil. In: SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 253-264.

IFG. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. **Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás**. Goiânia, 2018a. Disponível em:
http://www.ifg.edu.br/attachments/article/11547/Estatuto_IFG_2018.pdf. Acesso em: 17 maio 2021.

IFG. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. **Resolução CONSUP/IFG n° 40**, de 13 de dezembro de 2018. Aprova o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Goiânia, 2018b. Disponível em:
<https://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2040%202018.pdf>. Acesso em: 17 maio 2021.

IFG. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/IFG 2019-2023)**. Goiânia, 2018c. Disponível em: http://www.ifg.edu.br/attachments/article/11546/PDI_IFG_2019_2023.pdf. Acesso em: 17 maio 2021.

IFG. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. **Projeto Político Pedagógico Institucional/IFG**. Goiânia, 2018d. Disponível em: http://www.ifg.edu.br/attachments/article/11548/PPPI_IFG_2018.pdf. Acesso em: 17 maio 2021.

OLIVEIRA, J. M. P.; GUIMARÃES, A. R. Expansão da Educação Superior na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2008-2018), **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 5, n. 8, p. 71-94, 2020.

RIBEIRO, R. D. B. *et al.* Educação a Distância no Instituto Federal de Goiás: realidade, possibilidades e desafios. *In*: LIMA, D. C. B. P.; SANTOS, C. A. (org.). **Educação a distância e tecnologias: políticas públicas, qualidade e inovação**. [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE, 2021.

SANTANA, F. F. **A dinâmica da aplicação do termo qualidade na educação superior brasileira**. São Paulo: Senac, 2007.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Educação Contemporânea).

SANTOS, D. S.; SANTOS, M. K. N. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo e o Direito a uma escola pública de qualidade: um estudo sobre o perfil dos jovens estudantes ingressantes no ensino médio técnico integrado. **Anais do III Colóquio Nacional: Eixo Temático I – Políticas em educação profissional**. Rio Grande do Norte: 2015. ISSN: 2358-1190.

SILVA, M. A. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **CADERNOS CEDES**, Campinas, SP, v. 29, n. 78, p. 216-226, ago. 2009.

VASCONCELLOS, A. L. C.; LUCAS, S. F. Gestão pela qualidade: dos primórdios aos modelos de excelência em gestão. **Anais VIII Congresso Nacional de Excelência em Gestão**. Rio de Janeiro: UFF, 2012.